

Grupo da APNIFFT em Moçambique com nova liderança

- Grupo Nacional de Trabalho da Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação (APNIFFT) em Moçambique passou a contar, desde o dia 9 de setembro, com uma nova liderança. O deputado Edson Judite Calisto Nhangumele assume a presidência e o deputado José Manteigas Gabriel a vice-presidência. Lançado oficialmente em 2023, o Grupo Nacional da APNIFFT em Moçambique constitui a unidade básica de engajamento parlamentar destinada a promover reformas legislativas, fortalecer o debate sobre justiça fiscal e impulsionar o combate aos fluxos financeiros ilícitos.



A eleição da nova liderança foi realizada durante a segunda reunião nacional do grupo, em Maputo, um encontro marcado pela reafirmação do compromisso dos parlamentares com a agenda de combate aos fluxos financeiros ilícitos e promoção da justiça fiscal. Para além de escolher a nova presidência, o encontro serviu também para

revitalizar a dinâmica de trabalho iniciada em 2023, actualizar a composição do Grupo em conformidade com a nova legislatura e reforçar o alinhamento estratégico com a rede regional APNIFFT, garantindo que Moçambique continue a ter voz activa nas iniciativas regionais e continentais sobre governação fiscal e mobilização de recursos internos.



“

A eleição da nova liderança foi realizada durante a segunda reunião nacional do grupo, em Maputo, um encontro marcado pela reafirmação do compromisso dos parlamentares com a agenda de combate aos fluxos financeiros ilícitos e promoção da justiça fiscal.

”

“Apenas através de um esforço concertado será possível enfrentar o desafio dos IFFs e injustiças fiscais”

Fazendo as notas de abertura do evento, Sua Excelência Cernilde Muchanga, Vice-presidente da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República, começou por recordar que “Moçambique acolheu em 2023 um *workshop* de alto nível para o lançamento da rede em Moçambique, um marco que contou com a participação activa de deputados da Comissão do Plano e Orçamento e da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade”. Sublinhou que a participação do país naquele movimento continental, que já reúne mais de 700 parlamentares africanos empenhados em promover justiça fiscal, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, constituía um sinal claro de determinação e compromisso em reforçar a boa governação económica e financeira.

“Os fluxos financeiros ilícitos continuam a privar os Estados africanos de recursos fundamentais ao desenvolvimento, limitando investimentos em sectores cruciais como saúde, educação, emprego e infraestruturas”, afirmou, enfatizando que a segunda reunião do Grupo Nacional de Trabalho em Moçambique tinha como propósito “revitalizar a sua composição, clarificar os seus objectivos e, principalmente, fortalecer o seu papel de advocacia parlamentar contra os fluxos financeiros ilícitos e a favor de sistemas fiscais mais justos”. Acrescentou que a Comissão do Plano e Orçamento, que preside o grupo, assumia a responsabilidade “com firmeza, consciente de que apenas através de um esforço concertado entre parlamentares, sociedade civil e parceiros internacionais será possível enfrentar este fenómeno que compromete o progresso das nossas economias”.

A concluir a sua intervenção, Cernilde Muchanga encorajou a todos a contribuírem com entusiasmo e sentido de missão, sublinhando que o objectivo era que “este grupo nacional se torne um instrumento activo, dinâmico e eficaz da acção parlamentar”. Em nome da Comissão do Plano e Orçamento, reafirmou ainda “a determinação em consolidar a participação de Moçambique na APNIFIT como parte integrante da agenda africana de transformação estrutural, mobilização de recursos internos e justiça fiscal”.



“

Os fluxos financeiros ilícitos continuam a privar os Estados africanos de recursos fundamentais ao desenvolvimento, limitando investimentos em sectores cruciais como saúde, educação, emprego e infraestruturas

”

Reforçado compromisso com a mobilização equitativa de recursos domésticos

A reunião teve início com o contexto sobre o envolvimento de Moçambique na APNIFFT. Sublinhou-se que esta plataforma continental, que já reúne centenas de parlamentares africanos, constitui um espaço privilegiado para troca de experiências, reforço de capacidades e concertação política em torno da justiça fiscal e da mobilização de recursos internos. A condução dos trabalhos do encontro contou com o apoio de Gabriel Manguela, do CDD, Francis Kairu, da TJNA, e James Chidakwa, da APNIFFT.

Em seguida, discutiu-se a relevância do debate sobre os fluxos financeiros ilícitos e a justiça fiscal no contexto africano e moçambicano. Enfatizou-se que a fuga e a má utilização de recursos financeiros representam uma séria ameaça para o desenvolvimento, na medida em que reduzem significativamente a capacidade dos Estados de investir em sectores essenciais como saúde, educação, emprego e infraestruturas. Foi igualmente salientado que a justiça fiscal não é apenas uma questão técnica de arrecadação de receitas, mas sobretudo uma dimensão política e ética que influencia a confiança social, a legitimidade das instituições e a capacidade do Estado em cumprir o seu papel de promotor do bem-estar colectivo.

A reunião também serviu para fazer uma análise geral do cenário moçambicano. Destacou-se que persistem fragilidades na governação económica e na gestão dos recursos públicos, que abrem espaço para práticas nocivas à justiça fiscal. Foram referidos de forma ampla problemas como a dificuldade de garantir uma tributação justa e equitativa, a pressão de interesses privados e a prevalência da corrupção, factores que, no seu conjunto, enfraquecem a capacidade do Estado de responder às necessidades da população e de impulsionar um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Por fim, a sessão concluiu apontando caminhos possíveis para reforçar a acção parlamentar e a cooperação com outros actores estratégicos, incluindo sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e redes internacionais. Reiterou-se que o enfrentamento dos IFFs e a promoção de sistemas fiscais mais justos exigem esforços concertados e sustentados, assentes em transparência, responsabilidade e vi-

são de longo prazo.

Durante o encontro, ficou evidente que os parlamentares desempenham um papel estratégico na luta contra os IFFs e na promoção de justiça fiscal. Esta responsabilidade decorre do seu mandato constitucional de legislar, fiscalizar o executivo e representar os cidadãos. Num continente onde se estima que África perde entre 50 e 80 mil milhões de dólares por ano em FFI, a intervenção parlamentar torna-se determinante para inverter este cenário que priva os Estados de receitas vitais ao desenvolvimento.

Em primeiro lugar, os parlamentares são legisladores e, como tal, têm a capacidade de aprovar leis que reforcem a transparência fiscal, combatam práticas abusivas de planeamento tributário e fechem lacunas que permitem a evasão e abusos fiscais. Medidas como a aprovação de leis de acesso à informação, a regulamentação da propriedade beneficiária e a revisão de acordos de dupla tributação são exemplos de iniciativas legislativas que podem reduzir as oportunidades para os fluxos ilícitos.

Em segundo lugar, cabe ao parlamento exercer a função de fiscalização. Isso implica escrutinar contratos e tratados que envolvem recursos naturais e regimes fiscais, questionar isenções e benefícios tributários concedidos sem transparência e garantir que o executivo não abdique de receitas legítimas do Estado em troca de incentivos pouco claros. A sua função de controlo é ainda mais relevante no contexto africano, onde a dependência das indústrias extractivas e as fragilidades institucionais tornam os Estados altamente vulneráveis a manipulações de preços de transferência, subfacturação de exportações e incentivos fiscais danosos.

Em terceiro lugar, os parlamentares desempenham um papel de representação. Ao trazerem para o debate nacional as preocupações dos cidadãos, especialmente das populações mais vulneráveis, podem denunciar a regressividade de sistemas tributários que sobrecarregam os pobres com impostos indirectos, enquanto grandes multinacionais e elites económicas beneficiam de brechas legais para fugir às suas responsabilidades fiscais. Assim, a acção parlamentar em prol da justiça fiscal não é apenas uma questão técnica, mas um imperativo de equidade e coesão social.

“Participação deve traduzir-se em acção concreta”, Edson Nhangumele, Presidente do Grupo

Reagindo à sua eleição e às expectativas existentes enquanto novo presidente do Grupo, o deputado Edson Nhangumele começou por considerar um privilégio a entrada de Moçambique na plataforma parlamentar africana dedicada ao combate aos fluxos financeiros ilícitos. Sublinhou que aquele espaço permitiria aos deputados, independentemente da sua experiência técnica, aprender a rastrear e a verificar fluxos ilícitos, reforçando assim o papel fiscalizador do parlamento. Destacou que a principal expectativa era que, a partir daquela participação, o país estivesse em melhores condições de elaborar iniciativas legislativas que visem reduzir a evasão fiscal, combater a fuga ao fisco (sobretudo por parte de multinacionais e suas sucursais) e rever o quadro legal vigente, de modo a fortalecer a arrecadação de receitas nacionais.

O deputado afirmou que o grupo, constituído pelas três bancadas parlamentares, representava já uma demonstração clara de vontade política. Para Nhangumele, este pluralismo oferece um terreno fértil para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e para a consolidação de um processo inclusivo de fiscalização e formulação de leis. Ressaltou que esse esforço conjunto traduzia o compromisso de colocar o interesse nacional acima das diferenças partidárias, criando um ambiente mais propício para enfrentar os desafios fiscais e financeiros que Moçambique enfrenta.

Prosseguindo a sua intervenção, sublinhou a importância de que esta plataforma se enraíze no país, permitindo um maior engajamento entre os parlamentares e uma maior aceitação no seio das bancadas. Enfatizou a necessidade de massificar o processo e de garantir que a plataforma se torne uma referência nacional no acompanhamento e debate sobre fluxos financeiros ilícitos e justiça fiscal.

Concluindo, o deputado Nhangumele reiterou que a participação na rede não devia limitar-se a nível representativo, mas sim traduzir-se em acção concreta. “Esperamos influenciar as nossas bancadas para que haja uma aceitação plena e para que o próprio parlamento assuma a iniciativa de rever e propor leis, sobretudo na área fiscal, de forma a responder aos desafios que comprometem a arrecadação de receitas em Moçambique”, afirmou.



“

Esperamos influenciar as nossas bancadas para que haja uma aceitação plena e para que o próprio parlamento assuma a iniciativa de rever e propor leis, sobretudo na área fiscal, de forma a responder aos desafios que comprometem a arrecadação de receitas em Moçambique

”

“A prioridade é garantir que as riquezas beneficiem, em primeiro lugar, o povo moçambicano”, José Manteigas Gabriel, Vice-presidente do Grupo

Por seu turno, o deputado José Manteigas Gabriel, Vice-presidente do Grupo, começou por manifestar a sua satisfação pela eleição para representar Moçambique neste grupo, sublinhando que a prioridade deve ser “olhar Moçambique” e garantir que o país seja cada vez mais visível pelas melhores razões. Reconheceu que, infelizmente, Moçambique tem sido notícia pelas piores causas e destacou que, enquanto parlamentares, a partir das competências e atribuições consagradas na Constituição, o objectivo deve ser mudar esse paradigma.

Neste quadro, afirmou que a missão dos deputados passava por levar ao parlamento propostas de políticas fiscais que melhorem a vida dos moçambicanos. Recordou o cepticismo em torno dos benefícios dos megaprojetos e a necessidade de rever contratos, frisando que “uma das coisas que eu sempre falei e hoje voltei a dizer é o não-secretismo dos contratos”. Para Manteigas, o governo celebra contratos em nome dos moçambicanos, e os representantes eleitos têm o direito e o dever de conhecer os termos e os benefícios desses investimentos.

O deputado alertou que não se pode assistir de braços cruzados a investimentos que, na prática, resultam apenas na retirada de recursos nacionais. Sublinhou que a prioridade é garantir que as riquezas beneficiem, em primeiro lugar, o povo moçambicano, sem excluir o legítimo direito dos investidores de obterem dividendos. Reforçou assim a visão de um parlamento activo e vigilante na defesa dos interesses nacionais.

Concluindo a sua intervenção, José Manteigas destacou a importância do trabalho inclusivo no seio do grupo, observando que, apesar de a oposição ser minoria, houve espaço para cooperação e espírito de moçambicanidade. Para o deputado, esta forma de estar constitui um grande avanço e deve ser preservada: “Se nós continuarmos com esta visão, com esta maneira de ser e estar, obviamente que vamos trazer os resultados que pretendemos”.



“

Se nós continuarmos com esta visão, com esta maneira de ser e estar, obviamente que vamos trazer os resultados que pretendemos

”



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Gabriel Manguele
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

